

Resumo

Desde as últimas décadas do século XX os governos locais têm buscado a promoção da imagem das cidades como estratégia de desenvolvimento e a realização de megaeventos, considerados enquanto grandes projetos urbanos, parece assumir papel central como política. O objetivo deste artigo é examinar como vem ocorrendo este processo em Porto Alegre, cidade que se tornou conhecida, mundialmente, a partir de 2001, por ter sediado um megaevento antiglobalização, o Fórum Social Mundial. De maneira mais específica, salienta-se aspectos referentes ao planejamento desta cidade vinculado à Copa do Mundo de 2014. Aqui se assume que estas iniciativas encontram o seu fundamento no Plano Diretor, aprovado em 1999, na conjuntura de reorientação da política urbana pelo Partido dos Trabalhadores. Para tanto, aborda-se alguns dos principais vínculos explicativos dessa trajetória, e também, os principais Grandes Projetos Urbanos que estão sendo realizados em função do referido megaevento esportivo, apresentando as estratégias de desenvolvimento urbano e seus promotores. Verifica-se que estas iniciativas não se diferenciam das tendências predominantes do urbanismo contemporâneo, fundamentado na atuação projetual sobre a cidade.

Palavras-chave: megaeventos, grandes projetos urbanos, Porto Alegre.

1. Introdução

Os Megaeventos podem ser definidos como operações pontuais no tempo e no espaço, que apresentam capacidade de atrair uma grande quantidade de pessoas de diferentes nacionalidades e de despertar a atenção dos meios de comunicação com uma ressonância global. Seus objetivos variam: pode ser para promoção de fóruns de debate, shows, feiras, exposições, competições esportivas, entre outros. A principal característica dos megaeventos é que eles se tornam objeto e veículo de grandes fluxos internacionais de capital financeiro, associados ao financiamento de novas infraestruturas urbanas, grandes projetos urbanos demandados para a sua realização. Inúmeros países têm interesse em receber esses fluxos de capital com a expectativa de herdar os seus legados econômicos e de infraestruturas urbanas e promover uma imagem atraente de suas cidades para turistas, consumidores e investidores.

Trata-se, fundamentalmente, das estratégias contemporâneas de regeneração urbana, um dos elementos constituintes do empresariamento urbano, segundo Harvey (1996), em que os investimentos são realizados, principalmente na promoção da qualidade de vida, na valorização do espaço, no aumento da qualidade do meio urbano (incluindo a adoção de estilos pós-modernistas de arquitetura e de desenho urbano), na inovação

cultural, nos atrativos de consumo (centros de convenção, shopping centers, marinas, estádios esportivos, etc.) e entretenimento (organização de espetáculos urbanos de caráter temporário ou permanente) para que a cidade pareça um lugar seguro, inovador e propício para o divertimento e consumo.

Outra estratégia de promoção da imagem da cidade, conforme Harvey (2005), refere-se à política urbana de aumento do capital simbólico e da construção de marcos distintivos como meio de auferir rendas monopolistas, ou seja, a possibilidade de os atores sociais aumentarem seu afluxo de renda por bastante tempo, devido ao controle exclusivo sobre algum item que pode ser comercializado direta e indiretamente, e é, em certos aspectos, crucial, único e irreplicável. Desta forma, afirma o autor, haveria possibilidade das rendas monopolistas serem obtidas, não somente através da renda fundiária dos empreendimentos imobiliários, ou de outras iniciativas econômicas, como também pela própria produção simbólica da cidade, com a promoção da imagem de certos espaços para torná-los especiais, indicados como um meio de atração de fluxos de capital. Essa estratégia ocorre num cenário de perda de outros poderes monopolistas, os quais se originam do avanço nos sistemas de transporte e de comunicação, bem como da diminuição de outras barreiras comerciais.

Entretanto, segundo Harvey (2005), a renda monopolista constitui uma forma contraditória. A busca por essa renda conduz o capital global à avaliação de iniciativas locais distintas (e, em determinados aspectos, quanto mais distintiva a iniciativa, melhor). Também o conduz a avaliar a singularidade, a particularidade, a originalidade, e todos os tipos de outras dimensões da vida social que não são compatíveis com a homogeneidade subentendida pela produção da mercadoria. O autor avalia que para o capital não aniquilar totalmente a singularidade, fundamento para a apropriação de rendas monopolistas, ver-se-á na obrigação de apoiar formas de diferenciação, e também deverá permitir o desenvolvimento cultural local divergente e, em certo grau, não controlável, que possa ser contrário ao seu próprio e suave funcionamento.

Este é o caso dos fragmentados movimentos de oposição ao capitalismo multinacional, os quais se tornaram evidentes em diversos lugares, como em Seattle, Praga, Melbourne, Bangcoc e Nice, e, de modo mais construtivo, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (opondo-se ao encontro anual, em Davos, dos líderes governamentais e das elites empresariais), que indicaria uma política alternativa. Esta não se oporia, totalmente, à globalização, mas a desejaria em condições bastante diferentes. O autor aponta o movimento

político liderado pelo Partido dos Trabalhadores como a única iniciativa local que não teria tirado proveito de rendas monopolistas.

Naturalmente, não por acaso foi Porto Alegre e não Barcelona, Berlim, São Francisco ou Milão que se abriu a essa iniciativa. Em Porto Alegre, as forças da cultura e da história estão sendo mobilizadas por um movimento político (liderado pelo Partido dos Trabalhadores) de modo diferente, buscando outro tipo de capital simbólico coletivo em relação ao ostentado no Museu Guggenheim, em Bilbao, ou na ampliação da Tate Gallery, em Londres. Os marcos de distinção em acumulação em Porto Alegre se originam da sua luta para moldar uma alternativa à globalização, que não tire partido das rendas monopolistas, em particular, ou se submeta ao capitalismo multinacional, em geral. Ao se concentrar na mobilização popular, está construindo, de modo ativo, novas formas culturais e novas definições de autenticidade, originalidade e tradição. (Harvey, 2005, 238-9).

Entretanto, ainda que na cidade de Porto Alegre, o objetivo do movimento político de luta por uma alternativa à globalização não seja a apropriação de rendas monopolistas, na prática, isso não deixou de ocorrer. Na verdade, a organização do Fórum Social Mundial (FSM) se constituiu como uma estratégia de internacionalização desta cidade, conforme afirma Soares (2006). O autor argumenta que grande parte dos participantes das quatro edições deste megaevento sediado na cidade (2001, 2002, 2003 e 2005) utilizou as estruturas criadas com a internacionalização da economia (restaurantes, rede de hotéis, aeroporto), e também, contribuiu para a difusão do “modelo Porto Alegre” de gestão urbana – particularmente o Orçamento Participativo (OP) – o qual garantiu uma boa imagem às administrações petistas, sendo premiado mundialmente como “boa prática” de gestão urbana. De forma paradoxal, foi este megaevento antiglobalização que inseriu a cidade nos fluxos da economia global.

Paradoxalmente fue un "megaevento antiglobalización", el Forum Social Mundial, que insertó Porto Alegre en los circuitos globales. La ciudad se hizo conocida mundialmente gracias a la repercusión del

encuentro de los movimientos sociales de contestación a la globalización¹ (Soares, 2010, p.1).

A reorientação da política urbana da metrópole com sua inserção nos fluxos econômicos globais ocorreu, principalmente a partir da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA, em 1999. A partir da “intenção de instaurar um novo modelo espacial de cidade, densificada, miscigenada e policêntrica, o novo plano diretor inaugurou um novo ciclo da construção civil e da promoção imobiliária na cidade”(Soares, 2006, p. 11).

Após a aprovação do PDDUA, Porto Alegre experimentou uma verdadeira expansão do mercado imobiliário, fundamentada na construção de “condomínios fechados”, “torres de luxo” e “bairros privados”, conforme Ueda (2005). Estas novas formas espaciais se difundiram por zonas valorizadas do espaço urbano de Porto Alegre e, também, por novas áreas de ação dos incorporadores e promotores imobiliários. Segundo a autora, tais dinâmicas se vinculam à história da cidade, bem como aos processos econômicos, sociais e políticos que a converteram ao longo do tempo em uma cidade global.

Assim, considerando que a inserção da cidade de Porto Alegre nos fluxos econômicos globais ocorreu, sobretudo, após a aprovação do PDDUA, em 1999, na conjuntura da realização de quatro edições do Fórum Social Mundial, e que a cidade foi escolhida como uma das sedes da Copa de 2014, este trabalho tem por objetivo refletir sobre como esse processo tem ocorrido, mais recentemente, neste mesmo espaço. De maneira específica, busca-se esclarecer de que forma tem se processado a construção da cidade na conjuntura do megaevento, assumindo que esta iniciativa se fundamenta no Plano Diretor.

Desta forma, argumenta-se que:

1. Seguindo as tendências predominantes do urbanismo contemporâneo, vinculadas à implementação de Grandes Projetos Urbanos e políticas de promoção da imagem da cidade, de modo notável na conjuntura de megaeventos, como feiras, fóruns e exposições culturais, Porto Alegre vem, ao longo da primeira década do século XXI, se afirmando no cenário nacional e internacional como um dos lugares privilegiados de tais expressões, principalmente em relação ao Fórum Social Mundial, ainda que este não fosse seu objetivo;

2. Que esta política urbana se fundamenta no PDDUA de 1999 que, em seus diversos mecanismos de planejamento e gestão do uso e ocupação do solo possibilita a

¹ Nossa tradução: “paradoxalmente foi um “mega evento antiglobalização”, o FSM, que inseriu Porto Alegre nos circuitos globais. A cidade se fez conhecida mundialmente graças à repercussão do encontro dos movimentos sociais de contestação à globalização”.

implementação de Grandes Projetos Urbanos, associados à nova fase de desenvolvimento capitalista.

Na sequência, são retomados alguns dos principais nexos teóricos e empíricos a respeito desta trajetória. Procura-se, no caso do objeto de estudo escolhido, analisar as estratégias e instrumentos previstos no PDDUA como fundamento da nova política urbana e verificar como estes se realizam na conjuntura da Copa de 2014. É importante enfatizar que, ao longo deste percurso, também serão verificadas algumas das principais transformações sócio-espaciais resultantes destas iniciativas e/ou práticas de gestão e planejamento consolidados desde a aprovação deste plano diretor. Desta forma, neste artigo, avalia-se o grau em que as iniciativas de internacionalização da cidade de Porto Alegre são incluídas e ampliadas na sua candidatura para a Copa de 2014.

Adota-se como ponto de partida a análise das motivações, discursos e das transformações implicadas nesta nova política urbana na conjuntura de preparação da cidade para sediar a Copa. Duas dimensões analíticas terão prioridade: (a) as estratégias de desenvolvimento urbano, e (b) o papel e a participação dos setores público e privado, referentes ao financiamento de infraestrutura e ao marketing urbano.

A reflexão é concluída, argumentando-se que está em curso um novo modelo de planejamento e gestão das metrópoles, cujos conteúdos são o reflexo da nova lógica da produção capitalista do espaço em nível global e que, por conseguinte, a capital do Fórum Social Mundial não está alheia a este processo.

2. O PDDUA como Fundamento da Reorientação da Política Urbana

O PDDUA de Porto Alegre, aprovado em 1999, constitui o resultado de um processo de reorientação político-administrativa do município, na década de 1990, sob o governo da Administração Popular, uma aliança partidária entre o Partido dos Trabalhadores com outros partidos de esquerda², que elegeu quatro administrações consecutivas, as de Olívio Dutra (1989 - 1992), Tarso Genro (1993-1996), Raul Pont (1997 - 2000) e João Verle (2001 - 2004).

Uma grande inovação se consolidaria na primeira e na segunda gestão da Administração Popular: o Orçamento Participativo. Este se define, segundo Fedozzi (2000, 2001), como uma modalidade de gestão pública fundamentada na participação direta da

² São eles: o ex-Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atualmente denomina-se Partido Popular Socialista (PPS), na primeira gestão; o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Verde (PV) e o PCB, na segunda e terceira gestão.

população nas diversas etapas que constitui a elaboração e a execução do orçamento público do município, especificamente para indicar as prioridades para a alocação dos recursos de investimentos. Desde a sua consolidação, o OP de Porto Alegre tem sido reconhecido como uma experiência bem-sucedida de democracia participativa e de governabilidade da gestão pública e, nessa condição, vem atingindo uma abrangente repercussão no cenário político nacional e, inclusive, internacional, interpretado como uma estratégia para instituir a cidadania no Brasil.

O sucesso do OP influenciou, consideravelmente, o processo de elaboração do Plano Diretor, o qual é decorrente da implementação do Projeto Porto Alegre Mais – Cidade Constituinte, em 1993, pelo governo de Tarso Genro (1993-1996). Este projeto consistiu em um fórum de debates, reunindo entidades comunitárias, profissionais e empresariais, ONGs e universidades, com o objetivo de elaborar uma estratégia para aumentar a atratividade e competitividade do município de Porto Alegre na região Sul, no país e no Cone Sul.

Neste processo de discussão, ocorreu articulação entre as experiências do OP e do Cidade Constituinte, cujo esforço de incorporação da participação popular nas decisões sobre o planejamento e a gestão urbanas não impediu que se desenvolvessem estratégias de inserção competitiva de Porto Alegre. Estes dois objetivos distintos foram obedecidos simultaneamente.

A particularidade do momento político que resultou no novo período político-administrativo, nesta cidade, com a consolidação do OP como modelo de gestão sócio-estatal e a aprovação do novo Plano Diretor pode ser compreendida, por um lado, através da conjuntura da redemocratização do país, nos anos 80 e, por outro lado, pela emergência do neoliberalismo no plano nacional, desde a década de 1990, e a globalização econômica em âmbito internacional, conforme propõe Compans (2004).

Primeiramente, após o período de redemocratização do Brasil e da promulgação da nova Constituição Federal na década de 1980, militantes e ativistas dos movimentos sociais urbanos e de partidos de esquerda expressavam a disposição de lutar, nos anos 90, pela consolidação das conquistas ratificadas nesta Constituição, incluindo questões como a gestão democrática das cidades, a universalização do acesso à terra urbana e aos serviços e equipamentos coletivos.

Entretanto, segundo autora, as conquistas no campo normativo não se traduziram em compromissos sociais consolidados, sendo, algumas vezes, contornadas através da não-regulamentação de dispositivos constitucionais em nível federal, ou por meio da não-implementação dos mecanismos regulatórios e redistributivos estabelecidos em nível

local. Estas situações ocorreram em algumas cidades brasileiras, como no caso da cidade do Rio de Janeiro, onde predominou uma aliança de forças políticas que não tinha como objetivo realizar a Reforma Urbana, além de outros fatores: as políticas neoliberais, em nível nacional e a globalização econômica, no plano internacional.

A ascensão do neoliberalismo em âmbito nacional ocorreu a partir da eleição de Fernando Collor para a Presidência da República, no início da década de 90, significando a substituição da agenda constitucional reformista pela agenda de promoção da competitividade. Esta política resultou na diminuição dos gastos sociais, atingindo o financiamento público destinado à construção habitacional e à infraestrutura urbana.

E, no plano internacional, os processos de globalização financeira e reestruturação produtiva envolveram uma perda considerável da capacidade regulatória dos Estados Nacionais sobre os fluxos econômicos que transpassam suas fronteiras, ocorrendo, conseqüentemente, a crise do planejamento urbano e regional no período do Regime Militar. Paralelamente a esta redução da capacidade regulatória do Estado, ocorre o aumento da competição interestadual e interurbana pela atração de investimentos, negócios e empresas, e passa a ser difundida a necessidade de adoção de uma nova agenda para a ação pública local.

Não obstante, a maneira pela qual os governos locais realizaram a conciliação entre o imperativo da competição interurbana para atração de fluxos de capital, público e privado, e o cumprimento dos princípios reformistas da democratização e do aumento do acesso aos benefícios originados da urbanização, apresentou bastante variação entre as cidades brasileiras. No caso de Porto Alegre, ainda que existam algumas críticas à sua experiência de planejamento e gestão urbanos, os dois objetivos da reorientação da política urbana foram realizados.

2.1 O PDDUA e as Políticas de Inserção Competitiva

Resumidamente, pode-se compreender o PDDUA como o fundamento da reorientação da política urbana de Porto Alegre a partir do seu modelo espacial (ver ilustração 2.1.1), que estabelece como princípios básicos: a policentralidade, a miscigenação e a densificação. Além disso, diversos artigos da Lei preveem acordos e condicionantes específicos para a implementação de Projetos Especiais em Áreas Especiais (notadamente as de interesse institucional e cultural), envolvendo a proposição de normas próprias (flexibilização da legislação de uso e ocupação do solo) ou a exigência de acordos

programáticos prévios à sua urbanização, através das chamadas operações concertadas, ou seja, do estabelecimento de parcerias público-privadas.

Desta forma, constata-se que o PDDUA favorece a inauguração de um novo ciclo da construção civil e da promoção imobiliária na cidade. Confere-se destaque à divisão da área urbana entre zona norte (“cidade radiocêntrica” e “cidade xadrez”) e zona sul (“cidade jardim” e “rururbano”), a qual, para a expansão da construção civil orientada aos setores de maior ingresso, favoreceu os seguintes tipos de empreendimentos: ao norte, o desenvolvimento de edifícios de alto padrão, principalmente no bairro Bela Vista, o preferencial de residências dos setores emergentes da cidade; ao sul, ocorre a expansão dos empreendimentos do tipo “condomínios fechados”, conforme também analisaram Ueda (2005) e Soares (2006).

Além disso, o território municipal é dividido em 9 macrozonas, sendo que os projetos especiais mais diretamente relacionados à Copa de 2014, situam-se nas seguintes: a Macrozona 1, denominada de Cidade Radiocêntrica, onde se localiza o Estádio Beira-Rio (sede oficial dos Jogos), envolve o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral (importante eixo viário de integração urbano-metropolitana), compondo a área mais estruturada do Município, em que se verifica o incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural; e a Macrozona 2, também denominada de Corredor de Desenvolvimento, localizada no centro geográfico da Região Metropolitana, constituindo estratégia para empreendimentos autossustentáveis de polarização da metrópole (como é o caso do projeto do estádio Arena, definido como campo oficial de treinamento durante os jogos), com integração de equipamentos como o Aeroporto (ver Ilustração 2.1.2).

Em relação ao centro histórico, o incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural tem sido realizado desde a década de 90, através do Projeto Centro, cuja alocação dos recursos foi decidida no âmbito das instâncias do OP (Silva, 2004). A partir daqueles anos têm ocorrido diversas operações de resgate do patrimônio construído e de revitalização do centro, abandonado pelos setores de maior renda, tanto para moradia, como para compras e lazer. Desta forma, foi restaurado e recuperado o Mercado Público e foram construídos novos equipamentos culturais, tanto por intermédio do poder público estadual e municipal (Memorial do RS), como pela iniciativa privada (destaque para o Centro Cultural Santander), ambas obras de grande valor cultural para a cidade, que também atraíram, novamente, os setores de maior renda para esta área.

Ilustração 2.1.1: Macrozonas de Porto Alegre

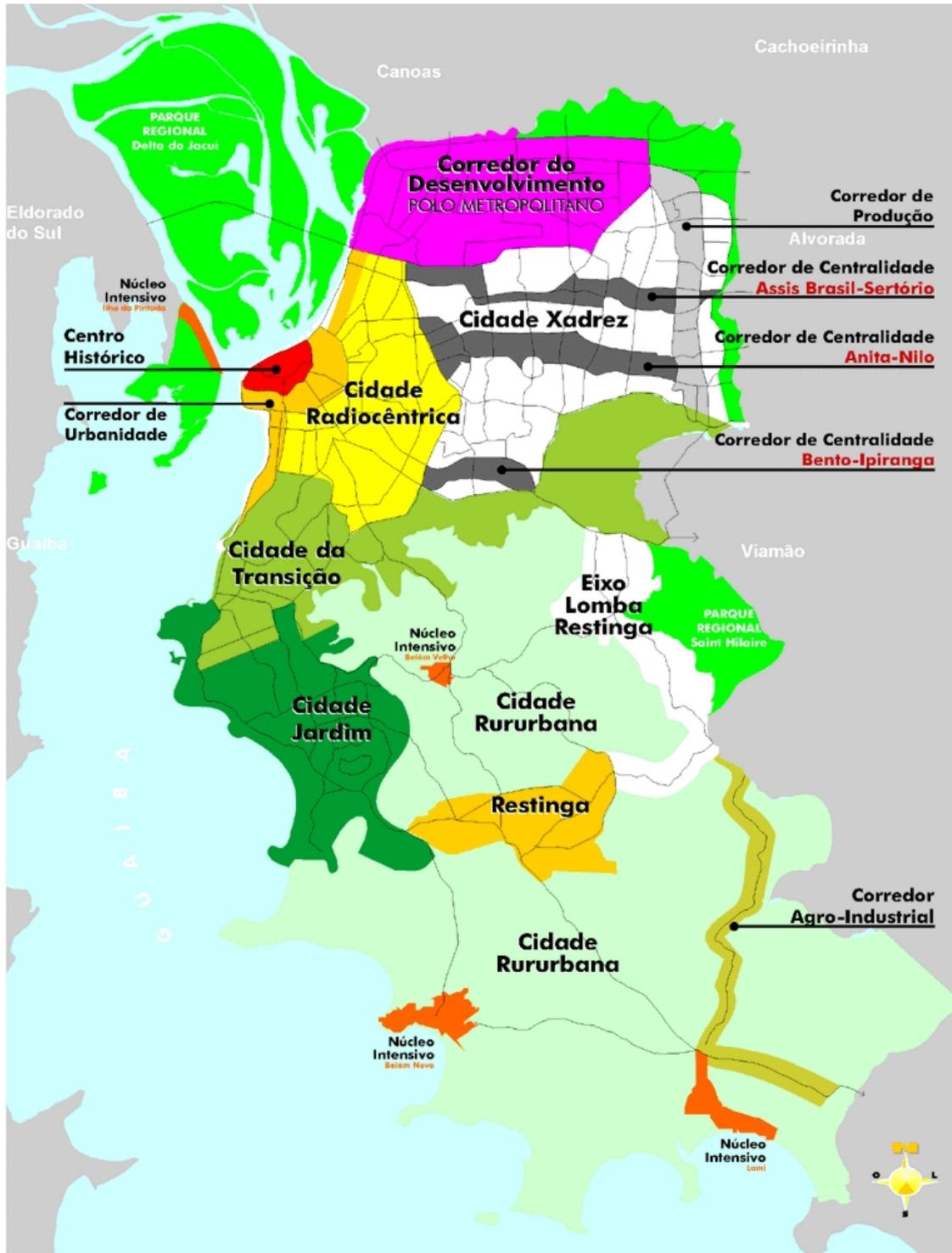
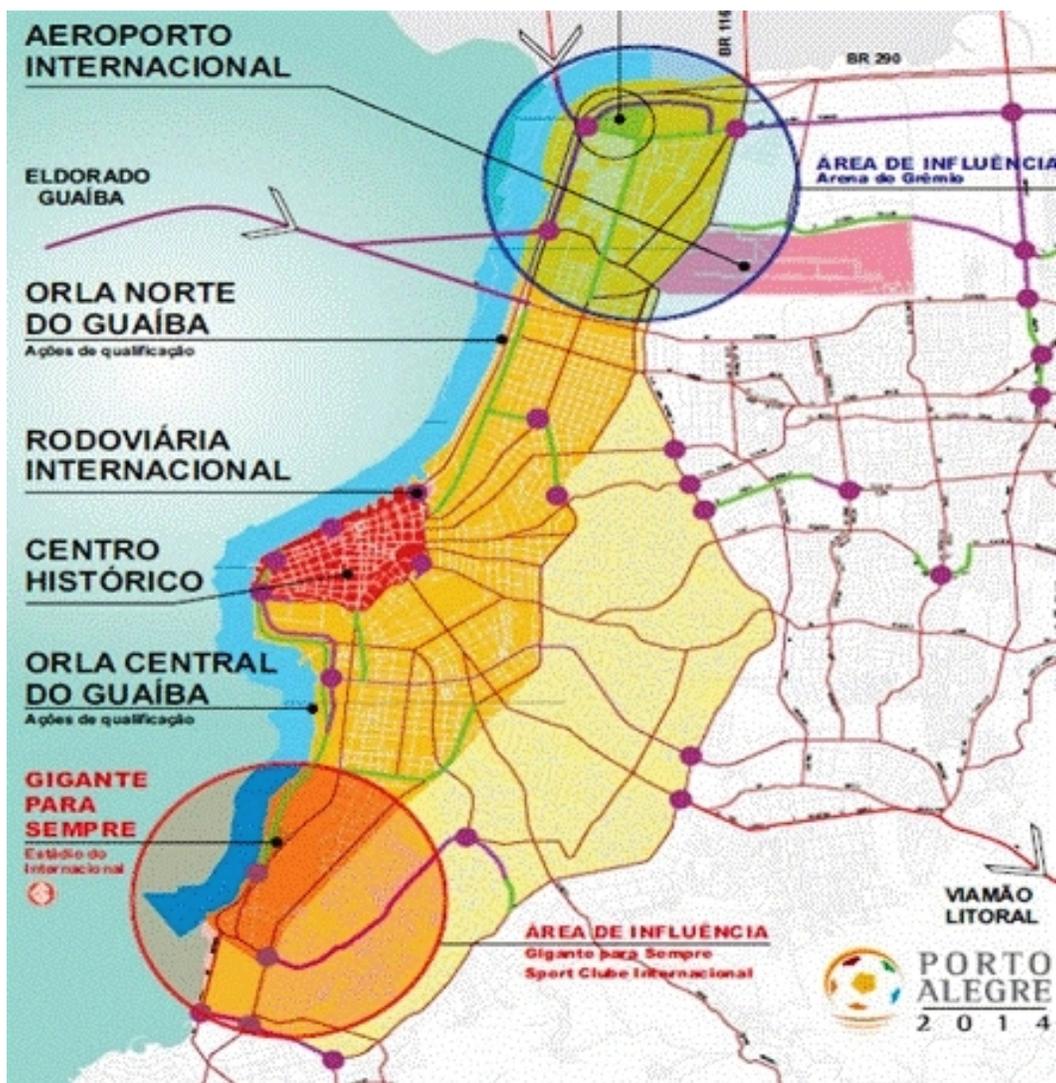


Ilustração 2.1.2: Áreas de Influência da Arena do Grêmio e do Gigante para Sempre



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre

No centro histórico, mais recentemente, também se destaca a aprovação do Projeto Cais Mauá, inserido em Área de Interesse Cultural, cujo enquadramento legal o define como de Projeto Especial, o que possibilitou a flexibilização das normas de uso e ocupação do solo. O objetivo é revitalizar a orla portuária, convertendo-a em polo turístico e comercial, prevendo-se transformações do prédio de um antigo frigorífico em espaço de lazer e eventos, a construção de três torres comerciais (uma com hotel), armazéns para atividade comercial e shopping Center, etc. A obra será iniciada ao final deste ano para ser concluída até 2014, para que este espaço seja disponibilizado como importante infraestrutura turística para a Copa. Trata-se de empreendimento considerado como de referência

internacional e vinculado às tendências do urbanismo contemporâneo. O projeto foi viabilizado através de parceria público-privada com a empresa Porto Cais Mauá do Brasil.

Deste modo, constata-se que alguns instrumentos do PDDUA permitem intervenções no espaço intra-urbano da metrópole que inserem a cidade em processos contemporâneos de renovação urbana, promovendo a imagem de certos espaços, tornando-os especiais e singulares para possibilitar a apropriação de rendas monopolistas. Observa-se, assim, a internacionalização da morfologia da cidade, inclusive, em relação à sua imagem, a partir da adoção de referências de estilos hegemônicos na arquitetura e urbanismo mundiais.

Finalmente, deve-se enfatizar que também há diversos instrumentos que favoreceram diretamente os setores de baixo poder aquisitivo da periferia do município, como a regularização fundiária, as operações urbanas, as políticas de habitação popular, etc. os quais se somam ao Orçamento Participativo.

3. Os Principais Projetos Especiais vinculados à Copa de 2014 em Porto Alegre

Uma vistoria da FIFA em 30/08/07, em Porto Alegre, confirmou a cidade como subsede da Copa de 2014. Uma das principais exigências desta entidade refere-se aos estádios esportivos, sendo que todas as cidades-sede deveriam apresentar um estádio oficial como palco da competição.

Em Porto Alegre, os dois principais clubes de futebol da cidade, Grêmio Foot-ball Porto-alegrense e Sport Club Internacional, demandaram a candidatura de seus respectivos estádios, o Olímpico Monumental e o Beira-Rio, como sede oficial dos jogos, sendo que o último acabou sendo indicado para compor o caderno de encargos da FIFA. Segundo os argumentos técnicos, a reforma de modernização do estádio Olímpico estaria inviabilizada devido à estrutura urbanística e fundiária da área em que o mesmo se encontra.

A partir desta decisão, os dirigentes gremistas resolveram construir outro estádio, o Arena, com o objetivo de modernizar o clube, adaptando-o aos padrões estabelecidos pela FIFA para Arenas Multiuso internacionais. Assim, os dirigentes do clube começaram a realizar campanha para que seu estádio também fosse considerado sede oficial dos jogos, o que foi contrariado pelos representantes da FIFA, que insistem na determinação de existir somente um estádio oficial em cada cidade-sede da Copa. Entretanto, apesar desta negação, permanece certa “grenalização” nesta conjuntura, que aciona a identidade dos torcedores pelos seus respectivos times, sendo que o estádio Arena acabou sendo escolhido como Campo Oficial de Treinamento das seleções.

Deste modo, os referidos clubes enviaram ao Executivo Municipal anteprojetos de flexibilização do regime urbanístico para viabilizar a modernização de seus estádios, através de parceria com multinacionais do setor da construção civil e do mercado imobiliário. O Clube Grêmio associou-se à OAS Construção e Empreendimentos, uma multinacional que atua em quase toda a América Latina, com bastante força no Brasil; e o Clube Internacional, associou-se à Andrade Gutiérrez, uma das maiores construtoras do Brasil e da América Latina, que atua no setor de infraestruturas, tanto no país como no exterior.

Cada um dos clubes enviou seus respectivos anteprojetos (o projeto Arena, de iniciativa do Clube gremista; e o Projeto Gigante Para Sempre, de iniciativa do Clube Internacional), para o Executivo Municipal, na Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), onde recebeu um tratamento técnico para adequá-los às diretrizes, princípios e estratégias do PDDUA de 1999. Em seguida, estes projetos foram remetidos ao Prefeito, a quem coube enviar os mesmos para o Legislativo Municipal, no mês de novembro de 2008.

Neste momento, a cidade de Porto Alegre ainda não tinha sido confirmada como uma das subsedes da Copa de 2014. Para sediar este megaevento, a FIFA exigiu a apresentação dos projetos básicos de engenharia e arquitetura dos estádios, a identificação dos potenciais investidores e as garantias complementares estabelecidas pelos governos estaduais e municipais até o prazo do dia 15/01/2009, o qual foi cumprido.

3.1 O Projeto Arena

Este Projeto Especial define o regime urbanístico para as áreas dos estádios: Arena, localizado na Zona Norte da cidade, no Bairro Humaitá; e o Olímpico Monumental, localizado na Região Radiocêntrica da cidade, no Bairro Azenha. A justificativa refere-se às limitações para a modernização do Estádio Olímpico, conforme os novos padrões das arenas multiuso internacionais. Devido à sua localização em bairro urbanisticamente consolidado e à configuração fundiária da área, foi tomada a decisão de sua realocação.

Além disso, a justificativa de modernização também se referiu à candidatura da cidade para o megaevento e ao fato de que isto propiciaria um novo patamar de “qualidade e grandeza” do clube em sua história, acionando a identidade dos seus torcedores.

A partir de Estudos de Viabilidade Econômica e Financeira foi delineado o Plano de Negócios o qual, com vistas a sua viabilização e sustentabilidade, integraram conceitualmente no mesmo projeto o uso e a ocupação de nova área junto ao bairro Humaitá

com a tradicional área localizada no Bairro Azenha. A área do Bairro Humaitá é definida no PDDUA como Área Especial de Interesse Institucional, a qual prevê a definição de regime urbanístico somente a partir da proposição de Projetos Especiais.

Quanto às suas estratégias de desenvolvimento urbano, a análise do conteúdo do Projeto permite afirmar que se trata da promoção dos setores mais modernos da economia: o terciário superior, voltado para as atividades de comércio e serviços e inovação tecnológica, além do setor imobiliário, dentro da política de renovação urbana e de promoção de atividades econômicas verificadas em nível internacional. Destaca-se, também, a Copa de 2014 e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma oportunidade para aumentar a geração de empregos e renda.

[...] o Projeto Arena busca, basicamente, dotar a cidade de Porto Alegre e a Região Metropolitana de moderníssimo complexo esportivo, de eventos e empresarial, no Bairro Humaitá, na zona norte do Município - Macrozona Corredor de Desenvolvimento, de acordo com o PDDUA e alavancar a revitalização de um dos mais tradicionais bairros de Porto Alegre, o Bairro da Azenha, reforçando sua centralidade e potencializando sua função como principal pólo de comércio e serviços da região, além de viabilizar para a cidade importantes investimentos de infraestrutura, produtivos e imobiliários, captar e internalizar empresas e inovações tecnológicas e incrementar a geração de empregos e renda a partir da Copa do Mundo de 2014 e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - do Governo Federal. (CMPA, 2008a, p.3)

Especificamente em relação à Zona Norte, onde está sendo implantada a Arena do Grêmio e demais empreendimentos associados, também está em construção a BR-448 (Rodovia do Parque), importante perimetral metropolitana, com suas alças de acesso à BR-290 e à 3ª Perimetral no limite oeste da área, redefinindo totalmente os padrões de acessibilidade do setor, convertendo-o em um nó viário essencial para o esquema de mobilidade metropolitana.

Por fim, na conjuntura de tramitação deste projeto se observou a produção e difusão de imagens do projeto do Estádio Arena (ver ilustração 3.1.1) como um recurso de marketing urbano para promover a imagem deste espaço da cidade a seus habitantes e ao público externo, como turistas e investidores internacionais. O estádio, certamente, confere um caráter de singularidade ao espaço onde se situa e serve como um recurso para obter

rendas monopolistas, através dos empreendimentos que serão construídos no local e da própria dinâmica imobiliária da região.

A aprovação do projeto estabeleceu que, em troca da construção da Arena, o Grêmio cede a área do Estádio Olímpico à OAS - a qual, por sua vez, tem interesse em demolir o estádio, substituindo-o por um empreendimento imobiliário. O empreendimento da Azenha gerará ocupação em um grande quarteirão no entroncamento de eixos viários da região. Na área do Humaitá, na BR 290, confirmou-se a implantação do complexo esportivo, o qual está sendo construído atualmente, vinculado à área comercial e de lazer. Além disso, aprovou-se a ocupação por shopping Center e espaços culturais. Em outro setor, no mesmo bairro, passou a ser permitida a implantação de um centro empresarial para sedes de empresas e blocos residenciais, constituídos de cinco torres.

Enfim, ocorreu a flexibilização das normas de uso e ocupação do solo, aumentando, substancialmente, o valor dos terrenos, viabilizando os empreendimentos previstos no projeto. As intervenções urbanísticas permitidas seguem a lógica do processo contemporâneo de renovação urbana, direcionado à promoção da imagem da cidade para atrair fluxos de capital.

Ilustração 3.1.1: Projeto Arena



Fonte: portoimagem.wordpress.com/

3.2 O Projeto Gigante para Sempre

Este Projeto Especial refere-se ao Complexo Beira-Rio, que inclui o estádio do Internacional e algumas Áreas Especiais de Interesse Cultural e Institucional, tendo como justificativa o fato de Porto Alegre ter sido confirmada como candidata a uma das sedes da Copa de 2014, tornando-se, desta forma, necessária a realização de procedimentos administrativos para modernização daquele complexo, apresentando como principais objetivos:

[...] dotar a cidade de Porto Alegre de moderníssimo complexo esportivo, de eventos e empresarial junto à orla do Guaíba - Corredor de Urbanidade, de acordo com o PDDUA, alavancar o desenvolvimento e a consolidação sócio-econômica de um dos mais emblemáticos bairros da capital - o Bairro Praia de Belas, reforçando sua centralidade, através da potencialização de seu patrimônio cultural e ambiental, da viabilização da sua vocação como polo de lazer, esportivo e turístico, da urbanização e integração da orla do Guaíba à cidade, através da valorização da paisagem, da visual urbana e do livre acesso da população; além de viabilizar para a cidade importantes investimentos de infraestrutura, produtivos e imobiliários, de captar e internalizar empresas de inovações tecnológicas e incrementar a geração de empregos e renda, a partir da sua associação com a Copa do Mundo de 2014 e com o correspondente Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC. (CMPA, 2008b, p. 3). (grifo meu)

Assim, torna-se evidente que este empreendimento também se constitui como um projeto estratégico de desenvolvimento urbano associado à conjuntura da Copa de 2014, visando ao processo de renovação do bairro e da região, dentro da lógica empresarial, conciliando atividades esportivas, de lazer, culturais e a revitalização da orla do Guaíba, viabilizando investimentos nas áreas de infraestrutura, de produção e imobiliária, destacando-se o propósito de internalizar empresas de inovações tecnológicas. Todos estes elementos de modernização do local são fundamentados no zoneamento desta área como Corredor de Urbanidade, previsto no PDDUA.

Enfatizam-se, também, as condições ótimas de acessibilidade da região onde se localiza o Estádio, servida por duas das principais vias arteriais da cidade, a Avenida Edvaldo Pereira Paiva e a Avenida Padre Cacique (para as quais foram previstos, na Matriz

de Responsabilidades, investimentos em obras de alargamento/ampliação, com investimentos do governo federal), e os patrimônios natural, paisagístico e arquitetônico da região, enfatizando-se o Lago Guaíba, o Morro Santa Tereza e o Museu Iberê Camargo. Todos estes elementos reforçam a centralidade da região.

Nesta conjuntura, o Internacional também se utilizou de instrumentos de marketing para divulgar o seu clube, acionando a identidade dos seus torcedores, e o próprio espaço urbano em que o estádio está inserido (ver ilustração 3.2.1). Como qualquer outro estádio importante, o Beira-Rio, certamente, também confere singularidade ao espaço em que está situado e fornece a possibilidade para apropriação de rendas monopolistas.

A aprovação deste projeto previu permissões para que o Internacional realize construções na área localizada entre as avenidas Edvaldo Pereira Paiva e Padre Cacique. Definiu-se como objetivo a adequação do Estádio Beira-Rio e seu entorno às demandas da Fifa, para que o local seja uma subsede da Copa.

Nas áreas adjacentes ao atual Estádio, o projeto aprovado prevê a construção de estacionamento, duas torres com hotéis, espaços para treinamentos esportivos e pavilhão de exposições para feiras. Outra edificação abrigará um centro de medicina esportiva. Além disto, são previstas novas sedes para as escolas de samba instaladas no local e uma marina.

Ilustração 3.2.1: Projeto Gigante para Sempre



Fonte: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

Para o Estádio Beira-Rio foram programadas, entre outras reformas, a construção de novas cabines de imprensa e camarotes, instalação de cobertura, ampliação de

arqui bancadas e novas lojas e restaurantes. Este projeto não se limitou apenas à reforma do estádio de futebol, incluindo, também, uma proposta para mudar a orla da cidade, incrementar o turismo, e gerar empregos.

Também foram definidas algumas condições e contrapartidas, destacando-se, entre elas: a que define que os recursos advindos das operações do Clube no local devem ser aplicados para serviços de manutenção do Parque Marinha do Brasil; a que estabelece a proibição do uso das construções para fins de habitação; a que mantém o uso público da orla do Guaíba, garantindo a permissão de passeios pela Avenida Edvaldo Pereira Paiva; a que estabelece a construção de edificações na Avenida Padre Cacique, em uma distância de, no máximo, 60 metros desde esta avenida.

Considerações finais

Conforme foi afirmado, a origem histórica da inserção da cidade de Porto Alegre nos fluxos econômicos globais encontra o seu fundamento, principalmente no Plano Diretor, aprovado em 1999, e também, de modo paradoxal, no fato de a cidade ter sido a primeira sede do Fórum Social Mundial, um “megaevento antiglobalização”. Desta forma, a escolha da cidade para sediar a Copa de 2014 encontra-se relacionada ao novo modelo de gestão e planejamento urbano, fundamentado, sobretudo, em intervenções pontuais.

Os instrumentos do PDDUA, evidentemente, com a definição de projetos especiais, favorecem a atração de fluxos de capital, através de parcerias público-privadas e da flexibilização das normas de uso e ocupação do solo. O modelo espacial do Plano Diretor tornou possível a promoção de novos tipos de empreendimentos no mercado imobiliário de Porto Alegre, como os condomínios fechados horizontais e verticais, representando uma atuação projetual sobre a cidade. Desta forma, a primeira década do século XXI marca o início da transformação da morfologia da cidade, que se internacionalizava cada vez mais, devido ao sucesso alcançado pela realização do Fórum Social Mundial.

Na conjuntura da Copa de 2014, a realização dos Grandes Projetos Urbanos de modernização/construção dos estádios de futebol tem constituído o maior impulso da reorientação estratégica da política urbana em Porto Alegre desde a aprovação do PDDUA, em 1999. Do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento urbano, torna-se evidente que os projetos especiais dos estádios estão vinculados ao propósito de internacionalização da cidade, desta vez, com o objetivo de possibilitar a apropriação de rendas monopolistas por construtoras multinacionais, conforme verificamos a partir do

conteúdo dos projetos, os quais prevêem atividades culturais, de lazer, de esporte, empresariais, etc. e também a construção dos estádios em padrão FIFA, com seus projetos arquitetônicos espetaculares, associados à forte identidade cultural do porto-alegrense, tanto em relação ao futebol como às Áreas Especiais de Interesse Cultural e Institucional onde estes empreendimentos estão previstos.

Portanto, em essência, o planejamento e gestão urbanos de Porto Alegre não parecem configurar uma sólida alternativa urbanística à globalização. Ao contrário, constata-se que a morfologia da cidade orienta-se, cada vez mais, pelo padrão paisagístico dos fluxos econômicos globais, não se constituindo como exceção às tendências predominantes do urbanismo contemporâneo.

Referências Bibliográficas

Compans, R. 2004. *Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo, UNESP.

Fedozzi, L. 2000. *O Poder da Aldeia: Gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre, Tomo Editorial.

— . 2001. *Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre, Tomo Editorial.

Harvey, D. 1996. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, 16, p. 48-64.

— . 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume.

Moura, M.S.S. *Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas: tendências à renovação na gestão local*. Salvador, 1997. Tese (Doutoramento) - NPA/UFBA.

Panizzi, W. M., Rovatti, J. F (Orgs.). 1993. *Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento*, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Porto Alegre, Prefeitura Municipal (2000). *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: lei comentada*. Porto Alegre: Coordenação de Comunicação Social, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Porto Alegre, Câmara Municipal (2008a). *Projeto de Lei Complementar 017/08*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre.

— . (2008b). *Projeto de Lei Complementar 018/08*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre.

Sanchez, F. 2003. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó, Argos.

Silva, D.B. *O Planejamento Urbano e a Administração Popular de Porto Alegre: Discursos e práticas*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 189 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Soares, P.R.R. 2010. Del Presupuesto Participativo a lós Megaproyectos: La producción del espacio urbano em Porto Alegre en el siglo XXI. *Scripta Nova*, 14. Disponível em: www.ub.es/geocrit/snova.htm [acessado em 3 de setembro de 2012].

— . 2006. Metamorfoses da Metrópole Contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 20. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br/publicações/geousp/geousp20/Artigo_Paulo.pdf [acessado em 12 de setembro de 2012].

Ueda, V. 2005. Os novos empreendimentos imobiliários e as transformações recentes no espaço urbano de Porto Alegre. *Anais do Encontro De Geógrafos da América Latina*, 10, p. 15948-15965.